

Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores, ora reapresentadas, examinadas por outro auditor independente

O exame de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas originalmente pela Administração antes das reclassificações descritas na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 3 de fevereiro de 2020, sem modificação.

Como parte dos nossos exames de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas reapresentadas referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar nem aplicar nenhum outro procedimento de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, apresentadas para fins de comparabilidade, e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de asseguarção sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e de 2018 tomadas em conjunto.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual indica que a Companhia incorreu no prejuízo individual e consolidado de R\$110.733 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$184.929 mil e R\$215.443 mil na controladora e no consolidado, respectivamente. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, esses eventos ou condições, em conjunto com outros assuntos descritos na mesma nota, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

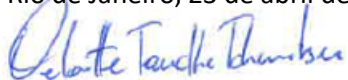
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas	Controladora			Consolidado			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado			31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
CIRCULANTE															
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.222	1.083	126	1.239	1.177	283	Fornecedores	10	90.210	65.547	87.155	90.131	65.582	87.216
Contas a receber	7	85.366	145.201	103.692	54.389	116.895	107.548	Empréstimos e financiamentos	12	110.643	68.549	115.679	110.643	68.549	115.679
Estoques		16.324	9.687	10.785	16.323	9.686	10.785	Salários e encargos sociais		21.610	26.331	24.909	21.611	26.331	24.909
Sociedades ligadas	21	35.564	90.600	141.794	35.564	90.600	110.459	Parcelamentos	13	54.249	34.183	60.500	54.249	34.183	60.500
Outros ativos		13.316	14.189	11.834	13.725	14.597	12.242	Concessão a pagar	11	4.962	4.810	4.810	4.962	4.810	4.810
		151.792	260.760	268.231	121.240	232.955	241.317	Sociedades ligadas	21	3.207	3.207	224.110	3.207	3.207	224.110
								Outros passivos	22	51.839	33.207	22.304	51.880	33.207	22.327
ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA	2.10	3.799	3.799	3.799	3.799	3.799	28.930			336.720	235.834	539.467	336.683	235.869	539.551
		155.591	264.559	272.030	125.039	236.754	270.247								
NÃO CIRCULANTE															
Contas a receber	7	139.829	72.968	63.077	139.829	72.968	63.077	Empréstimos e financiamentos	12	791.322	763.088	1.194.708	791.322	763.088	1.194.708
Tributos diferidos	14	186.756	140.948	129.387	186.756	140.948	129.387	Parcelamentos	13	112.494	131.629	115.774	112.494	131.629	115.774
Depósitos compulsórios e judiciais	16	19.808	18.879	17.592	19.846	18.935	17.637	Concessão a pagar	11	13.131	13.756	16.075	13.131	13.756	16.075
		346.393	232.795	210.056	346.431	232.851	210.101	Provisão para contingências	16	79.317	68.059	21.210	79.317	68.059	21.210
								Sociedades ligadas	21	-	-	63.467	-	-	63.467
								Passivo a descoberto em Controlada	8	5.291	2.423	1.477	-	-	-
INTANGÍVEL	9	1.667.495	1.662.654	1.621.506	1.692.824	1.688.015	1.621.851	Outros passivos	22	31.629	34.912	37.213	31.773	34.912	37.213
		2.013.888	1.895.449	1.831.562	2.039.255	1.920.866	1.831.952			1.033.184	1.013.867	1.449.924	1.028.037	1.011.444	1.448.447
								PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
								Capital social integralizado	15	1.186.087	1.186.087	359.300	1.186.087	1.186.087	359.300
								Reserva de capital		11	11	11	11	11	11
								Prejuízos acumulados		(386.523)	(275.791)	(245.110)	(386.524)	(275.791)	(245.110)
										799.575	910.307	114.201	799.574	910.307	114.201
TOTAL DO ATIVO		2.169.479	2.160.008	2.103.592	2.164.294	2.157.620	2.102.199	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.169.479	2.160.008	2.103.592	2.164.294	2.157.620	2.102.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 Reapresentado	2020	2019 Reapresentado
OPERAÇÕES					
RECEITAS	18	500.928	804.714	500.928	804.714
Custos dos serviços prestados	19	(393.557)	(466.018)	(393.557)	(466.021)
Custo de construção		(61.674)	(100.148)	(61.674)	(100.148)
LUCRO BRUTO		45.697	238.548	45.697	238.545
Despesas com vendas		(359)	(1.370)	(359)	(1.370)
Despesas gerais e administrativas	20	(144.575)	(183.100)	(144.704)	(183.232)
Outras receitas/despesas, líquidas		6.696	9.521	3.983	8.721
Resultado de equivalência patrimonial	8	(2.868)	(946)	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL		(95.409)	62.653	(95.383)	62.664
Receitas financeiras	21	22.748	11.133	22.779	11.140
Despesas financeiras	21	(83.882)	(116.028)	(83.938)	(116.046)
RESULTADO FINANCEIRO		(61.134)	(104.895)	(61.159)	(104.906)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(156.543)	(42.242)	(156.542)	(42.242)
Imposto de renda e contribuição social:	14				
Corrente		-	-	-	-
Diferidos		45.809	11.561	45.809	11.561
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(110.734)	(30.681)	(110.733)	(30.681)
PREJUÍZO POR AÇÃO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA DURANTE O EXERCÍCIO (EXPRESSO EM R\$ POR AÇÃO)		(0,0004)	(0,0001)	(0,0004)	(0,0001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 Reapresentado	2020	2019 Reapresentado
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(110.734)	(30.681)	(110.733)	(30.681)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(110.734)</u>	<u>(30.681)</u>	<u>(110.733)</u>	<u>(30.681)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019 (REAPRESENTADO)		379.240	(19.940)	11	(245.110)	114.201
Aumento de Capital social	15	826.787	-	-	-	826.787
Prejuízo do exercício		-	-	-	(30.681)	(30.681)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (REAPRESENTADO)		<u>1.206.027</u>	<u>(19.940)</u>	<u>11</u>	<u>(275.791)</u>	<u>910.307</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(110.733)	(110.733)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>1.206.027</u>	<u>(19.940)</u>	<u>11</u>	<u>(386.524)</u>	<u>799.574</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)**

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2019		2019	
		2020	Reapresentado	2020	Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(156.543)	(42.242)	(156.542)	(42.242)
Ajustes:					
Amortização		60.062	58.919	60.144	59.034
Despesas financeiras		61.135	104.894	61.160	104.905
Provisão para contingências		45.745	88.644	45.745	88.644
Equivalência patrimonial		2.868	946	-	-
Provisão Estimada Créditos de Liquidação Duvidosa		27.960	-	27.960	-
Apropriação juros parcelamentos		8.427	-	8.427	-
Prejuízo na baixa de intangível		2	44	2	14
Varição nos ativos e passivos		206.199	253.447	203.438	252.597
Estoques		(6.636)	1.098	(6.636)	1.098
Contas a receber de clientes		(33.525)	(40.652)	(30.903)	(39.471)
Outros recebíveis		13.643	(17.217)	13.660	(17.852)
Fornecedores		27.320	4.870	27.285	4.498
Outras obrigações		(43.864)	(63.299)	(43.863)	(62.715)
		(43.062)	(115.200)	(40.457)	(114.442)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		6.594	96.005	6.438	95.911
Juros pagos		(20.511)	(149.477)	(20.511)	(149.477)
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
Aplicado gerado pelas atividades operacionais		(13.917)	(53.472)	(14.073)	(53.566)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições do ativo intangível		(64.904)	(69.316)	(64.826)	(69.287)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(64.904)	(69.316)	(64.826)	(69.287)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Obtenção de empréstimos		40.000	5.000	40.000	5.000
Pagamentos de empréstimos		(16.074)	(451.114)	(16.074)	(451.114)
Aumento de Capital social		-	550.000	-	550.000
Obtenção de recursos de sociedades ligadas		55.035	19.859	55.035	19.859
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		78.961	123.745	78.961	123.745
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		140	957	62	892
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1.083	126	1.177	283
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.223	1.083	1.239	1.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“Companhia”, “Concessionária” ou “SuperVia”) constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores (“Contrato”), no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. As operações da Companhia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 270 quilômetros de vias permanentes.

A sede social da Companhia está localizada na Rua da América, 210 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ.

Resultado e capital circulante líquido

A Companhia e o Grupo, constituído pela Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. “Supervia” e suas controladas, SC Empreendimentos e Participações S.A. “SC”, Hotel Central S.A “Hotel” e Teleféricos do Rio de Janeiro S.A “Teleféricos”, encerram o exercício de 31 de dezembro de 2020, com prejuízo de R\$110.733 e com passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$215.443 no Consolidado.

Os impactos causados pela pandemia do COVID-19 foram de efeito imediato nas operações da Companhia, com ênfase para a perda de demanda e estimada no ano de 2020 e conseqüentemente a perda em receitas tarifárias.

A Companhia obteve a homologação de sua tarifa atualizada para R\$5,90, no entanto vem atuando com o valor de tarifa provisório de R\$5,00 decorrente de acordo firmado com o Governo do Estado, onde será ainda discutido o reequilíbrio proveniente desta perda tarifária. O acordo ainda prevê que atualizações tarifárias vindouras serão feitas em acordo com as previsões contratuais e tendo como base a tarifa homologada de R\$5,90 e não a tarifa praticada de R\$5,00.

Em 31 de dezembro de 2020, foram identificados eventos e/ou condições que geram incertezas sobre a continuidade operacional da Companhia, no entanto temos confiança de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Essa conclusão está fundamentada, principalmente, nos seguintes fatores:

- Obtenção de recursos com sua controladora indireta (GUMI Brasil Participações S.A.) no montante de R\$55.000 em 2021 para reforço de seu caixa, descrito na nota explicativa nº 24.
- Previsão de recebimento do valor de R\$50.000 decorrentes de contas a receber de gratuidade, cujos trâmites de pagamento já foram iniciados junto ao Governo do Estado.
- Em caso de possível contingência de caixa, a Companhia poderá postergar investimentos previstos em CAPEX e outros itens não essenciais a sua operação previstos inicialmente para 2021.
- Adicionalmente, está em análise pela Agência reguladora (AGETRASP) pleito da Companhia de reequilíbrio extraordinário diante pandemia do COVID-19.

- Em complemento, como uma das garantias do Contrato de Financiamento com BNDES e das Debentures, qualificados na nota 12(a) e 12(b) respectivamente, foi celebrado o Contrato de Penhor de Ações, por meio do qual todas as ações da SuperVia foram empenhadas para assegurar o pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pela SuperVia nos instrumentos de dívida mencionados acima.
- Por fim, são discutidas medidas perante Poder Concedente mediante revisão ordinária e extraordinária para a resolução de débitos antigos do Poder Concedente com a SuperVia, e também são avaliadas medidas de reestruturação de dívidas.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, ocorreu a alienação do controle indireto da Companhia, anteriormente detido pela Odebrecht Mobilidade S.A. (“OM”) para a Gumi Brasil Participações S.A (“GUMI”), empresa do Grupo Gumi (Guarana Urban Mobility Incorporated), controlada indireta da Mitsui & co.

Em 28 de maio de 2019, a GUMI adquiriu participação de 77,3% e o controle da RTP. Na mesma data, a OTP SPV Participações S.A (“OTP SPV”), empresa do Grupo Odebrecht, adquiriu participação de 7,7% do capital social da RTP.

Em 15 de outubro de 2019, a Rio Trens Corporation (“RTC”), antes controladora indireta da Companhia, cedeu suas ações para a GUMI na proporção da sua participação em 11,4%, elevando a sua participação para 88,7% do capital social da RTP.

Em 16 de outubro de 2019, a RTC cedeu suas ações para a OTP SPV na proporção de 3,6%, elevando a participação para 11,3% do capital social da RTP.

Desta forma, a GUMI passou a deter diretamente 88,7% de participação no capital social da RTP e seu controle.

Das atividades e do Contato de Concessão

As atividades da Companhia, tanto em termos de qualidade do serviço como de fixação tarifária, estão sujeitas ao controle da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANS).

Em 28 de junho de 2007, foi assinado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças nas obrigações de natureza civil e trabalhista. Estas mudanças referem-se principalmente à obrigação do Estado do Rio de Janeiro no ressarcimento de valores liquidados pela Companhia relativos aos processos que envolvam sucessão.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, que prorrogou o prazo de Concessão até o dia 31 de outubro de 2048.

Bens reversíveis - São considerados bens reversíveis, para fins do aditivo e do Contrato, todos os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços objeto da concessão, independentemente de serem propriedade da Flumitrens, Central, Estado ou da Concessionária, a qualquer tempo.

Sucessão - O Estado, em cumprimento à cláusula 24 do Contrato de Concessão, consolidada na cláusula 22 do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, reconhece que os fatos havidos em data anterior à tomada de posse não serão de responsabilidade da Concessionária.

Demais aditivos ao Contrato de Concessão

Em 25 de agosto de 2014, foi assinado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto a permuta de investimentos previstos no Oitavo termo Aditivo, no valor de R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), onde a Companhia deixa de adquirir 10 novos trens e reformar 41 trens antigos e se compromete a reformar seis estações ferroviárias estratégicas para a realização dos Jogos Olímpicos, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que foi realizado na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016, em troca do compromisso do Estado do Rio de Janeiro em adquirir 22 novos trens. As estações ferroviárias foram as de São Cristóvão, Deodoro, Magalhães Bastos, Vila Militar, Ricardo de Albuquerque e Engenho de Dentro. Em 2015, o Governo do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão, exerceu o direito estabelecido em contrato com o consórcio chinês liderado pela China National Machinery Import & Export Corp para a compra de mais 10 trens, que foram entregues pelo Estado em 2016. Também em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão o Governo do Estado do Rio de Janeiro licitou a compra de 12 trens. O vencedor foi a Alstom Brasil Energia e Transportes S.A, o Estado do Rio de Janeiro entregou todos os trens à Concessionária no ano de 2019.

Em 21 de dezembro de 2017, foi assinado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto permitir a realização de investimentos feitos pela Companhia ou sua controlada ou terceiro contratado por esta na exploração contínua de fontes de receitas alternativas, acessórias ou de projetos associados, inclusive decorrente de exploração de centro de compras, serviço de lazer na configuração administrativa autônoma de shopping center ou empreendimento imobiliário nos bens reversíveis de demais áreas integrantes da Concessão. Este aditivo dá segurança jurídica a investimentos realizados por terceiros, que poderão explorar as receitas acessórias até o prazo final da Concessão.

Reajuste de tarifas - As tarifas são reajustadas anualmente, com base na variação do IGP-M publicado pela FGV ocorrida no período de 12 meses imediatamente anteriores, calculado no mês de novembro de cada ano com efeito de reajuste no mês de fevereiro subsequente.

A tarifa será objeto de revisão ordinária que independentemente do reajuste tarifário previsto no item anterior e ocorrerá a cada 5 anos ou extraordinária. A revisão extraordinária dar-se-á a qualquer momento na ocorrência de circunstâncias que altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

No dia 15 de abril de 2020, a Concessionária protocolou na AGETRANSP pleito de Revisão Extraordinária do Equilíbrio Econômico Financeiro, considerando a drástica perda de passageiros causada pelo COVID-19 e a grave crise de saúde pública decorrente do cenário de emergência e calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro, afetando gravemente o Contrato de Concessão.

Em 31 de agosto de 2020 foi protocolado junto à AGETRANSP o pedido de Revisão Ordinária do Contrato de Concessão relativo ao quinquênio de 2016 a 2020, distribuído em 19 pleitos.

O referido pedido de indenização é decorrente do entendimento da SuperVia quanto ao inadimplemento por parte do Estado de uma série de suas obrigações contratuais e, adicionalmente, do pleito pela SuperVia do reconhecimento de desequilíbrios econômico-financeiros causados pela materialização de riscos atribuídos ao Estado no Contrato de Concessão. O desequilíbrio constatado pela SuperVia tem como principais temas:

- Reembolso de Gratuidades de Estudantes.
- Reembolso de valores pagos em processos sucessórios.

- Aumento extraordinário de energia elétrica.
- Impactos da falta de segurança pública.
- Outros impactos decorrentes da pandemia do COVID-19.
- Desvio de Demanda por Intervenção Regulatória.
- Atraso na entrega dos trens fornecidos pelo ERJ.
- Problemas técnicos nos trens fornecidos pelo ERJ.
- Dentre outros.

O processo está tramitando na AGETRANSP, tendo havido até o momento apenas uma solicitação de esclarecimentos sobre as informações apresentadas.

Impactos decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde decretou status de “pandemia” para a até então epidemia do novo Coronavírus, também conhecida como COVID-19.

Como pôde-se constatar a situação de pandemia tomou proporções mundiais, causando rupturas sem precedentes na atividade econômica global. Tal crise impactou o ambiente macroeconômico, de forma endêmica, causando retração no produto interno bruto brasileiro, aumento do desemprego e queda da renda.

Em 16 de março de 2020 o Estado do Rio de Janeiro reconheceu situação de emergência pública por meio do decreto 46.973.

Nas semanas seguintes, como impacto das medidas tomadas pelo Estado do Rio de Janeiro, já em meados de março de 2020 a concessionária registrou queda de acentuada na sua demanda de passageiros pagantes, se comparado ao mesmo período de 2019.

Cabe observar que em determinado momento foram necessários esforços (inclusive financeiros) para adequar a operação a exigências de sanitização especializada nos trens, disponibilização de álcool em gel nas estações e sinalização gráfica de obrigatoriedade no uso de máscaras e distanciamento. Medidas internas aos funcionários também demandaram gastos adicionais como a disponibilização de equipamentos de proteção individual e estrutura de proteção de postos de trabalho, dentre outras.

Esforços foram envidados também para contenção de custos e despesas com otimização da grade de trens da SuperVia para adequação a novos patamares de demanda, redução de jornada e salários temporária, negociação de contratos e adequação do quadro de colaboradores operacionais e administrativos.

Os impactos causados pela pandemia do COVID-19 foram de efeito imediato nas operações da Companhia, com ênfase para a perda de demanda e estimada no ano de 2020 e conseqüentemente a perda em receitas tarifárias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo.

Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

2.1. Base De Preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiro.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

a) Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.2. Reapresentação dos valores correspondentes

A Companhia identificou, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que determinadas informações nas demonstrações financeiras comparativas relativas ao exercícios anteriores necessitavam de ajustes, devido ao entendimento de que o saldo referente ao Ativo Não Circulante de Desequilíbrio de Energia junto ao Poder Concedente enquadra-se atualmente na categoria de Ativo Contingente, dado o fato que sua expectativa de realização permaneceu durante todo o ano de 2020 incerta no curto prazo. O saldo referente ao desequilíbrio de energia e os juros incorridos foram ajustados para o Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2018 como ajustes de exercícios anteriores, decorrente da baixa por conta da sua ausência de expectativa clara de recebimento, acompanhado deste ajuste é feito também o cálculo do imposto diferido referente ao aumento do prejuízo de exercícios anteriores por conta da baixa supracitada. Dessa forma estão sendo reapresentados: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, e demonstração dos fluxos de caixa com as devidas alterações descritas.

2.2.1. Balanço Patrimonial

A seguir a demonstração do balanço patrimonial com suas alterações em 31 de dezembro de 2019 e em 1/1/2019:

ATIVO	Controladora						
	31/12/2020	31/12/2019 Original	Ajustes e reclassificações	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Original	Ajustes e reclassificações	01/01/2019 Reapresentado
CIRCULANTE	151.792	260.760	-	260.760	268.231	-	268.231
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber	139.829	266.880	(193.912)	72.968	236.001	(172.924)	63.077
Tributos diferidos	186.756	75.017	65.931	140.948	70.593	58.794	129.387
Depósitos Compulsórios e Judiciais	19.808	18.879	-	18.879	17.592	-	17.592
	<u>346.393</u>	<u>360.776</u>	<u>(127.981)</u>	<u>232.795</u>	<u>324.186</u>	<u>(114.130)</u>	<u>210.056</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>2.169.479</u>	<u>2.287.991</u>	<u>(127.981)</u>	<u>2.160.008</u>	<u>2.217.722</u>	<u>(114.130)</u>	<u>2.103.592</u>

ATIVO	Consolidado						
	31/12/2020	31/12/2019 Original	Ajustes e reclassificações	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Original	Ajustes e reclassificações	01/01/2019 Reapresentado
CIRCULANTE	121.240	232.955	-	232.955	241.317	-	241.317
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber	139.829	266.880	(193.912)	72.968	236.001	(172.924)	63.077
Tributos diferidos	186.756	75.017	65.931	140.948	70.593	58.794	129.387
Depósitos Compulsórios e Judiciais	19.846	18.935	-	18.935	17.637	-	17.637
	<u>346.431</u>	<u>360.832</u>	<u>(127.981)</u>	<u>232.851</u>	<u>324.231</u>	<u>(114.130)</u>	<u>210.101</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>2.164.294</u>	<u>2.285.603</u>	<u>(127.981)</u>	<u>2.157.620</u>	<u>2.216.329</u>	<u>(114.130)</u>	<u>2.102.199</u>

PASSIVO	Controladora						
	31/12/2020	31/12/2019 Original	Ajustes e reclassificações	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Original	Ajustes e reclassificações	01/01/2019 Reapresentado
CIRCULANTE	336.720	235.834	-	235.834	539.467	-	539.467
NÃO CIRCULANTE	1.033.184	1.013.867	-	1.013.867	1.449.924	-	1.449.924
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Prejuízos acumulados	(386.523)	(147.808)	(127.983)	(275.791)	(130.980)	(114.130)	(245.110)
Total do Patrimônio líquido	799.575	1.038.290		910.307	228.331		114.201
	<u>2.169.479</u>	<u>2.287.991</u>	<u>(127.983)</u>	<u>2.160.008</u>	<u>2.217.722</u>	<u>(114.130)</u>	<u>2.103.592</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>2.169.479</u>	<u>2.287.991</u>	<u>(127.983)</u>	<u>2.160.008</u>	<u>2.217.722</u>	<u>(114.130)</u>	<u>2.103.592</u>

PASSIVO	Consolidado						
	31/12/2020	31/12/2019 Original	Ajustes e reclassificações	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Original	Ajustes e reclassificações	01/01/2019 Reapresentado
CIRCULANTE	336.683	235.869		235.869	539.551		539.551
NÃO CIRCULANTE	1.028.037	1.011.444		1.011.444	1.448.447		1.448.447
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Prejuízos acumulados	(386.524)	(147.808)	(127.983)	(275.791)	(130.980)	(114.130)	(245.110)
Total do Patrimônio líquido	799.574	1.038.290		910.307	228.331		114.201
	<u>2.164.294</u>	<u>2.285.603</u>	<u>(127.983)</u>	<u>2.157.620</u>	<u>2.216.329</u>	<u>(114.130)</u>	<u>2.102.199</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>2.164.294</u>	<u>2.285.603</u>	<u>(127.983)</u>	<u>2.157.620</u>	<u>2.216.329</u>	<u>(114.130)</u>	<u>2.102.199</u>

2.2.2. Demonstração do Resultado do Exercício

Apresentamos abaixo os ajustes efetuados na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante total líquido de R\$13.853, em função das reclassificações nas contas contábeis Baixa contas a receber energia GERJ e Imposto de renda e contribuição social Diferidos, devido ao entendimento de que o saldo referente ao Ativo Não Circulante de Desequilíbrio de Energia junto ao Poder Concedente enquadra-se atualmente na categoria de Ativo Contingente, dado o fato que sua expectativa de realização permaneceu durante todo o ano de 2020 incerta no curto prazo.

	Controladora				Consolidado			
	2020	2019 Original	Ajustes e reclassificações	2019 Reapresentado	2020	2019 Original	Ajustes e reclassificações	2019 Reapresentado
OPERAÇÕES								
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	500.928	804.714	-	804.714	500.928	804.714	-	804.714
Custos dos serviços prestados	(393.557)	(445.029)	(20.989)	(466.018)	(393.557)	(445.032)	(20.989)	(466.021)
Custo de construção	(61.674)	(100.148)	-	(100.148)	(61.674)	(100.148)	-	(100.148)
LUCRO BRUTO	45.697	259.537	(20.989)	238.548	45.697	259.534	(20.989)	238.545
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(141.106)	(175.895)	-	(175.895)	(141.106)	(175.883)	-	(175.883)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(95.409)	83.642	(20.989)	62.653	(95.383)	83.651	(20.989)	62.664
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(61.134)	(104.895)	-	(104.895)	(61.159)	(104.904)	-	(104.906)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(156.543)	(21.253)	(20.989)	(42.242)	(156.542)	(21.253)	(20.989)	(42.242)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	45.809	4.425	7.136	11.561	45.809	4.425	7.136	11.561
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(110.734)	(16.828)	(13.853)	(30.681)	(110.733)	(16.828)	(13.853)	(30.681)

2.2.3. Demonstração do Resultado Abrangente

Abaixo representada a demonstração do resultado abrangente com a alteração para exercício findo 31 de dezembro de 2019:

	Controladora				Consolidado			
	2020	2019 Original	Ajustes	2019 Reapresentado	2020	2019 Original	Ajustes	2019 Reapresentado
PREJUÍZO LUCRO DO EXERCÍCIO	(110.734)	(16.828)	(13.853)	(30.681)	(110.733)	(16.828)	(13.853)	(30.681)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(110.734)	(16.828)	(13.853)	(30.681)	(110.733)	(16.828)	(13.853)	(30.681)

Ajuste de R\$13.853 no resultado do exercício descrito nas notas explicativas nº 2.2.1 e nº 2.2.2 acima.

2.2.4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A seguir apresentamos os efeitos dos ajustes do exercício findo 31 de dezembro de 2019 na demonstração dos fluxos de caixa:

- a) Os ajustes efetuados nas rubricas de resultado do exercício e contas a receber referem-se à R\$20.989 citados nas notas explicativas nº 2.2.1 e nº 2.2.2.

	Controladora				Consolidado			
	2020	2019 Original	Ajuste e reclassificações	2019 Reapresentado	2020	2019 Original	Ajuste e reclassificações	2019 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Prejuízo lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(156.543)	(21.253)	(20.989)	(42.242)	(156.542)	(21.253)	(20.989)	(42.242)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	6.594	96.005	-	96.005	6.438	95.941	(30)	95.911
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(64.904)	(69.316)	-	(69.316)	(64.826)	(69.316)	-	(69.287)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	78.961	123.745	-	123.745	78.961	123.745	-	123.745
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS	140	957	-	957	62	893	(1)	892
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.083	126	-	126	1.177	283	-	283
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.223	1.083	-	1.083	1.239	1.177	-	1.177

2.3. Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada SC Empreendimentos e Participações S.A.

Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados o investimento (passivo a descoberto) na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e nos resultados da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento na controlada é ajustado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais, quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Companhia e sua controlada classificam todos ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia e de sua controlada compreendem “Contas a receber de clientes”, (nota explicativa nº 7) “Sociedades ligadas” (nota explicativa nº 22), “Depósitos compulsórios e judiciais” (nota explicativa nº 17) e “Caixa e equivalentes de caixa” (nota explicativa nº 6).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

2.6. Passivos financeiros

2.6.1. Classificação, reconhecimento inicial e mensuração passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, concessões a pagar e sociedades ligadas. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado (opção de valor justo no reconhecimento inicial).

b) Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

c) Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia estão contabilizadas a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias, conforme variação do IPCA + 7,5% ao ano.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de usuários e poder concedente pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de usuários são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas ("PCLD").

2.8. Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses.

2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.10. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia, esses depósitos são atualizados monetariamente pelo IGP-M/FGV e 0,5% ao mês (antigo índice de correção da poupança) (nota explicativa nº 17).

2.11. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se a terrenos localizados no Estado do Rio de Janeiro e são classificados como ativos mantidos para venda. A Companhia entende que seu valor contábil é recuperável e estão contabilizados pelo valor de custo de aquisição. Esses terrenos encontram-se em processo de venda e a Administração da Companhia estima que a conclusão da negociação ocorra em 2021.

2.12. Ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos são registrados em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“ICPC 01”) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (“OCPC 05”), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contrato de Concessão.

Os ativos intangíveis são registrados com base no valor justo dos investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, e são reconhecidos a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são classificados como intangível em construção.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, em função da curva de demanda de passageiros. Informações adicionais sobre a contabilização de ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão são apresentadas na nota explicativa nº 9.

b) Direitos de outorga da concessão

O direito de explorar a concessão, oriundo do contrato cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, foi reconhecido na rubrica "Outorga da concessão", no ativo intangível. As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros estão registradas no passivo circulante e não circulante (nota explicativa nº 11).

A amortização do direito de outorga da concessão é calculada linearmente com base no prazo da concessão.

O direito de outorga decorrente do oitavo aditivo contratual, conforme referido na nota explicativa nº 1, que prorrogou o Contrato para 31 de outubro de 2048, no qual o preço da outorga é pago pela Companhia por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos ao longo do prazo previsto no aditivo, é tratado como contrato de execução, e, desta forma, reconhecido no ativo intangível à medida que os investimentos são efetuados (nota explicativa nº 9).

Em decorrência do Decreto Estadual nº 47.336/2020 a Companhia suspendeu os pagamentos de outorga da concessão desde novembro de 2020 por prazo determinado neste mesmo decreto até 31/12/2021.

c) Outros intangíveis

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 9.

2.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As mesmas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (“constructive obligation”) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

A partir de maio de 2020 a companhia passou a registrar PCLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa) sobre suas receitas acessórias cujo pagamento não é efetuado após 90 (noventa) dias do faturamento, pois os montantes em atraso passaram a ter mais representatividade para a operação da Supervia.

2.15. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadorias

A Companhia e sua controlada oferece aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que

poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da Companhia cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no passivo circulante. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia. No exercício de 2020 a despesa reconhecida para esta rubrica foi de R\$5.827 (2019 - R\$8.220).

2.16. Reconhecimento da receita

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas quando os valores podem serem mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e sua controlada, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

a) Receitas de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada, no formato de receitas tarifárias e acessórias, permitidas pelo contrato que rege a concessão. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Controlada não gerou receitas operacionais, apenas receitas financeiras.

b) Receitas de construção

Receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber referente aos investimentos realizados, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário (nota explicativa nº 17 (a)). A receita de construção é determinada e reconhecida segundo o método de custo acrescido de margem, que é próxima à zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17. Novas normas, interpretações e alterações

Aplicáveis às demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2020

IFRS 16 - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2020)

Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16.

Durante o exercício de 2020 a Companhia não obteve concessões de aluguel relacionadas a COVID-19.

Adoção obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020

- IFRS 7 e IFRS 9 - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência.
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS.
- Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios.
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material.

Não há expectativa de que as alterações acima causem impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas contábeis que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2020

A partir de 1º de janeiro de 2021, estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”.
- (ii) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso.
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual.

- (iv) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido.
- (v) Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2018–2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 37 / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos; CPC 29 / IAS 41 – Agricultura.
- (vi) Alterações no CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes. CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4.

A Empresa ainda não concluiu sua análise sobre os eventuais impactos dessas novas normas contábeis e revisadas, já emitidas e ainda não efetivas em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício social corrente, estão contempladas a seguir.

a) Perda (“Impairment”) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de “impairment” são reconhecidas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro e não financeiros ou grupo de ativos financeiros e não financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de “impairment”, tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses tributos são definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais atualizados pelos índices IGP-M/FGV ou 0,5% ao mês (antigo índice de correção da poupança) (nota explicativa nº 17).

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão através da projeção de curva de passageiros, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que este método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado da demanda e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

b) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

c) Investimento (passivo a descoberto)

Consiste em investimento em controlada de capital fechado, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm suas taxas substancialmente atreladas à variação da TJLP, IPCA e CDI e os valores contábeis aproximam-se do valor de mercado.

e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas seguem política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Pela natureza de operação da Companhia, os recursos arrecadados com as vendas decorrem do volume de passageiros transportado por mês e cobrem os pagamentos em prazo médio de aproximadamente 30 dias.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima cinco anos
<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>				
Fornecedores e outros passivos*	132.493	2.733	2.733	26.061
Concessão a pagar	4.962	7.003	6.129	-
Empréstimos e financiamentos	110.643	137.831	207.050	446.440
Parcelamentos	54.249	63.491	49.003	-
<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>				
Fornecedores e outros passivos*	89.968	2.733	2.733	29.250
Concessão a pagar	4.810	7.337	6.420	-
Empréstimos e financiamentos	68.549	125.785	184.584	452.719
Parcelamentos	34.183	44.922	86.707	-

(*) Excluem-se os valores de tributos e contribuições a pagar no montante de R\$9.518 (2019 - R\$8.821). Em 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido consolidado estava negativo em R\$175.268.

g) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

h) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira referente a adiantamento a fornecedores.

i) Risco de crédito

A Companhia monitora seus recebíveis frequentemente e, havendo indicativo de risco de não recebimento, efetua provisão para perda.

j) Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”)

A Companhia está sujeita, no seu empréstimo com BNDES e nas Debêntures a “covenants” financeiros referente ao índice de cobertura do serviço da dívida. O cálculo do ICSD pode ser sumariado:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{EBITDA (a)}}{\text{Serviço da dívida (b)}}$$

- (a) EBITDA: Resultado operacional antes das despesas financeiras e do imposto de renda, acrescido da depreciação e amortização.

	Controladora	
	2020	2019
		Reapresentado
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido e dos tributos sobre o lucro (i)	(95.409)	62.653
Amortização (ii)	60.062	58.919
EBITDA	(35.348)	121.572

- (i) Para efeito de cálculo do resultado operacional o item “despesas financeiras” foi entendido como “resultado financeiro líquido” e o item “imposto de renda” como “Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido”.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram registradas despesas de depreciação, apenas amortização do intangível.
- (b) Serviço da Dívida: Amortização de principal + pagamento de juros excetuando amortização de principal e pagamento de juros de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas e amortização antecipada.

	Controladora	
	2020	2019
		Reapresentado
Amortização de Principal	16.074	83.934
Amortização de Juros	20.511	93.286
Serviço da Dívida	36.585	177.220

Cálculo do ICSD

	Controladora	
	2020	2019
		Reapresentado
EBITDA	(35.348)	121.572
Serviço da Dívida	36.585	177.220
ICSD	(1,0)	0,7

Os impactos inerentes ao não atingimento do índice de cobertura mínimo, previsto em escritura de Debêntures, e no contrato de financiamento junto ao BNDES, são descritos na nota explicativa nº 12.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

A Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. O índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	2020	2019 Reapresentado
Total dos Empréstimos (Nota 12)	901.965	831.637
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 6)	(1.239)	(1.177)
Dívida Líquida	900.726	830.460
Total do Patrimônio Líquido	799.574	910.307
Total do Capital Próprio e Terceiros	1.700.300	1.740.767
Índice de Alavancagem - %	53%	48%

A Companhia mantém contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("F.L.O.S.P.E."), controlada pela Rio Trens Participações S.A. ("RTP"), para gerenciamento de recursos e investimentos. O montante dos recursos da SuperVia administrado pela F.L.O.S.P.E., em 31 de dezembro de 2020, é de R\$13.313 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$90.600). (nota explicativa nº 22).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA – CONSOLIDADO

	Custo Amortizado	
	2020	2019 Reapresentado
<u>Ativos, conforme balanço patrimonial</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.239	1.177
Contas a receber e outros ativos	207.943	204.460
Sociedades ligadas	35.564	90.600
	244.746	296.237
<u>Passivo, conforme balanço patrimonial</u>		
Empréstimos e financiamentos	901.965	831.637
Fornecedores, concessões a pagar e outros passivos	191.877	152.268
Parcelamentos	166.743	165.812
Sociedades ligadas	3.207	3.207
	1.263.792	1.152.924

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e Bancos	1.222	1.083	1.239	1.177

Valores classificados como “Caixa ou equivalente de caixa” estão aplicados em fundos CDB com rendimentos entre 97% e 100% do CDI com rendimento diário e liquidez imediata. Montantes em conta reserva como garantia na operação de Debêntures estão aplicados em Fundo Soberano do banco Itaú vinculados ao CDB, com rendimento em 2020 de 90,27% do CDI, rendimento diário e liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 Reapresentado	2020	2019 Reapresentado
Contas a receber bilheteria (a)	2.373	2.725	2.373	4.027
Outras contas a receber (b)	50.290	44.127	19.313	17.197
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro / Flumitrens(c)	96.678	72.967	96.678	72.967
Contas a receber Teleférico do Rio de Janeiro (d)	26.496	26.496	26.496	26.496
Outras contas a receber do Estado do Rio de Janeiro (e)	77.317	71.854	77.317	69.176
PECLD	(27.959)	-	(27.959)	-
	225.195	218.169	194.218	189.863
Ativo Circulante	85.366	145.201	54.389	116.895
Ativo Não Circulante	139.829	72.968	139.829	72.968
	225.195	218.169	194.218	189.863

- (a) Valores correntes a receber de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da Companhia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na conta-corrente da Companhia é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores; e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.
- (b) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária da Companhia, aluguel de espaço publicitário e comerciais.
- (c) Valores pagos pela Companhia decorrentes de processos sucessórios trabalhistas e cíveis que serão reembolsados pelo Estado, inclusive depósitos judiciais referentes a estes processos, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão. O saldo está sendo classificado no ativo não circulante.
- (d) Valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico, sendo calculados pelos custos de prestação de serviço mais margem de 10% e notas de débitos referentes ao reembolso de gastos empregados na prestação do serviço.
- (e) Valores a receber decorrentes da gratuidade para estudantes e portadores de necessidades especiais, conforme Lei Estadual nº 4.510/2005, passagens cedidas a Jornada Mundial da Juventude, Comitê Rio2016 e Teleféricos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do Contas a receber e se baseia em títulos que estão vencidos há mais de 90 dias e na expectativa de perdas esperadas calculadas com base em histórico da Companhia. Existem exceções pontuais onde é feito provisionamento pela perda esperada, independente da régua de tempo, como prevê o IFRS 9.

	Controladora	
	2020 Contas a receber	2020 PECLD
A vencer	1.454	
Vencidas		
entre 1 e 30 dias	3.235	
entre 31 e 60 dias	822	
entre 61 e 90 dias	745	
entre 91 e 180 dias	2.004	1.585
acima de 180 dias (i)	120.258	26.374
Total	128.518	27.959
Contas a Receber do Estado do Rio de Janeiro / Flumitrens (ii)	96.678	
Total	225.195	

- (i) Estão contidos em valores acima de 180 dias recebíveis de gratuidades, receitas acessórias, Rio2016 e Jornada Mundial da juventude, que somados remetem a R\$93.884 não provisionados seja por que há acordo para recebimento próximo (como no caso de R\$50.000 em gratuidades, divulgado em nota de eventos subsequentes) ou por que existem tratativas de recebimento em andamento. Já o montante de R\$26.374 referente a operação de teleféricos são provisionados em PECLD.
- (ii) Não são considerados em régua de contas a receber para fins de PECLD valores decorrentes de processos sucessórios trabalhistas e cíveis que serão reembolsados pelo Estado, inclusive depósitos judiciais referentes a estes processos, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão pois seu reembolso pelo Estado tem caráter mais lento.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Movimentação		
Saldo Inicial	-	-
Adições	29.751	-
Reversões	(44)	-
Baixas	(1.747)	-
Saldo Final	27.959	-

8. INVESTIMENTOS

a) Investimentos em controlada direta

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social votante - %	Ativo circulante e não circulante	Passivo Circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
SC Empreendimentos e participações S.A.	1.000.000	99,99	25.851	31.142	(2.423)	(2.868)
Em 31 de dezembro de 2020	1.000.000	99,99	25.851	31.142	(2.423)	(2.868)
Em 31 de dezembro de 2019	1.000.000	99,99	28.598	31.021	(2.423)	(946)
Hotel Central S.A.		100,00	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		100,00	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019		100,00	-	-	-	-
Teleféricos do Rio de Janeiro S.A.		100,00	3	6	(3)	-
Em 31 de dezembro de 2020		100,00	3	6	(3)	-
Em 31 de dezembro de 2019		100,00	3	6	(3)	-

A SC Empreendimentos e Participações S.A. ("SC") têm como objetivo a exploração de imóveis cedidos na concessão e aluguel de espaços publicitários.

Conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, a concessionária constituiu a SC como empresa subsidiária com o objetivo de explorar serviços complementares ou serviços adicionais, nas áreas integrantes da concessão inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos utilizados para obtenção das receitas, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços. Movimentação do investimento:

	SC Empreendimentos e Participações S.A.
1º de janeiro de 2019	(1.477)
Equivalência patrimonial	(946)
31 de dezembro de 2019	(2.423)
Equivalência patrimonial	(2.868)
31 de dezembro de 2020	(5.291)

As controladas Hotel e Teleféricos não realizaram operações no exercício de 2020.

9. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

	Material rodante	Edificações	Marcas e patentes	Outorgada da Concessão	Compensação financeira Estado RJ	Software	Equipamentos e instalações	Máquinas automáticas	Instalações fixas	Computadore e periféricos	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas	Total em operação	Intangível em construção	Intangível total
<u>Discriminação</u>																
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019																
Saldo inicial	528.887	290.359	129	10.513	18.184	2.835	16.042	3.153	288.006	1.742	146	2.833	169	1.162.998	458.853	1.621.851
Aquisições	2.830	-	-	-	-	186	550	520	2	691	-	337	78	5.194	94.832	100.026
Transferências	15.031	38.375	-	-	-	-	2.444	13	62.483	2.953	-	33	-	121.332	(96.202)	25.130
Alienação/baixa	58	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(2)	(11)	-	-	44	-	44
Amortização	(25.418)	(10.398)	(30)	(353)	(609)	(2.252)	(3.979)	(832)	(13.070)	(1.338)	(76)	(595)	(84)	(59.034)	-	(59.034)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	521.388	318.336	99	10.160	17.575	769	15.056	2.854	337.421	4.046	59	2.608	163	1.230.534	457.483	1.688.017
Custo total	798.762	358.603	716	25.865	23.107	23.715	36.356	22.147	558.680	20.780	1.740	8.932	1.124	1.880.527	457.483	2.338.010
Amortização acumulada	(277.374)	(40.267)	(617)	(15.705)	(5.532)	(22.946)	(21.300)	(19.293)	(221.259)	(16.734)	(1.681)	(6.324)	(961)	(649.993)	-	(649.993)
Saldo contábil líquido	521.388	318.336	99	10.160	17.575	769	15.056	2.854	337.421	4.046	59	2.608	163	1.230.534	457.483	1.688.017
<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</u>																
Saldo inicial	521.388	318.336	99	10.160	17.575	769	15.056	2.854	337.421	4.046	59	2.608	163	1.230.534	457.483	1.688.017
Aquisições	-	-	-	18.135	17.064	89	326	-	-	235	51	181	70	36.151	64.001	100.152
Transferências	39.097	4.137	-	-	-	1.234	3.970	555	107.350	346	-	119	-	156.808	(156.808)	-
Alienação/baixa	-	-	231	(23.854)	(23.045)	(26)	-	-	-	-	-	(2)	-	(46.696)	-	(46.696)
Amortização	(25.527)	(10.548)	(260)	11.385	(672)	(564)	(4.060)	(884)	(15.433)	(1.365)	(45)	(595)	(81)	(48.649)	-	(48.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	534.958	311.925	70	15.826	10.922	1.502	15.292	2.525	429.338	3.262	65	2.311	152	1.328.148	364.676	1.692.824
Custo total	837.859	362.740	947	20.146	17.126	25.012	40.652	22.702	666.030	21.361	1.791	9.230	1.194	2.026.790	364.676	2.391.466
Amortização acumulada	(302.901)	(50.815)	(877)	(4.320)	(6.204)	(23.510)	(25.360)	(20.177)	(236.692)	(18.099)	(1.726)	(6.919)	(1.042)	(698.642)	-	(698.642)
Saldo contábil líquido	534.958	311.925	70	15.826	10.922	1.502	15.292	2.525	429.338	3.262	65	2.311	152	1.328.148	364.676	1.692.824
Taxa de amortização %	Curva de demanda	Até 2048	Até 2048	Até 2048	Até 2048	20%	10%	20%	Curva de demanda	20%	20%	10%	20%			

No exercício de 2020 a companhia adicionou o valor de R\$156.808 em seu intangível, decorrentes da realização investimentos em projetos, em sua grande maioria, relacionados a revitalização de componentes e via permanente, em todos os ramais do sistema ferroviário, conforme programa de investimentos adotado pela Companhia, priorizando para o ano de 2020, investimentos voltados para manutenção do sistema.

a) Infraestrutura - consolidado

O custo de investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão é considerado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização, sendo seu valor calculado em função da curva de demanda de passageiros. A curva de demanda de passageiros é determinada através de um modelo econométrico que utiliza uma regressão linear múltipla juntamente com projeções macroeconômicas. A administração entende este método como o que melhor reflete o padrão de consumo da entidade do benefício econômico futuro do ativo.

b) Outorga de concessão

A Companhia possui ativo intangível relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 50 anos que finalizará em 2048

O valor da outorga, decorrente do Contrato inicialmente firmado, é corrigido pelo IGP-M e, em 31 de dezembro de 2020, o saldo monta em R\$18.093 (notas explicativas nº 1 e nº 11).

c) Intangível em construção

Refere-se à realização de investimentos tais como revitalização de material rodante e inclusão de ar-condicionado nos trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, conforme programa de investimentos adotado pela Companhia.

d) Amortização

A Companhia realiza anualmente revisão de vida útil de seus ativos e ajusta a taxa de amortização de acordo com a curva de demanda para o grupo de ativos de infraestrutura até o prazo final da concessão que se encerra em 2048.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período.

Durante o exercício de 2020 a Companhia contratou avaliadores independentes para avaliar o valor realizável dos ativos intangíveis destinados a operação da concessão, sendo a conclusão destes avaliadores, que o valor recuperável é de R\$2.132.319. Portanto, esses avaliadores indicaram que o valor de realização do intangível é superior aos saldos registrados na contabilidade no encerramento do exercício. Desta forma, a Companhia concluiu que os montantes registrados no exercício de 2020 são realizáveis em conformidade com o CPC 01 e IAS 36.

Nos demais segmentos da Companhia não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo.

10. FORNECEDORES

A Companhia tem política de fluxo de giro de pagamento aos fornecedores em 60 dias, tendo como um dos principais fornecedores a Light Serviços de Energia S.A. Através de acordo homologado no processo judicial em 27 de abril de 2020, as parcelas vencidas nos meses de abril a dezembro de 2020 foram suspensas e seus respectivos valores distribuídos em 24 meses a partir de janeiro/2021, mantendo as demais características do acordo.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores	55.448	65.547	55.369	65.582
Light/Cemig	34.762	-	34.762	-
Total	90.210	65.547	90.131	65.582

Em abril de 2020, considerando o cenário de pandemia que afetou as operações e a geração de caixa da SuperVia, a companhia celebrou acordos de parcelamento de faturas de energia correntes com a Light e CEMIG, sendo os saldos em aberto em 31 dezembro de 2020 sendo R\$17.239 referentes a Light e R\$17.523 referentes a CEMIG.

11. CONCESSÃO A PAGAR - CONSOLIDADO

A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada inicialmente pelo prazo de 25 anos, prorrogado em novembro de 2010 por igual período conforme nota explicativa nº 1. O contrato foi assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$28.000, dos quais R\$8.400 foram pagos à vista. Conforme permitido no Edital de Licitação, este montante foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$2.135, reduzindo o valor do adiantamento para R\$6.256. O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2020, foram pagas 206 parcelas, e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$18.093 (2019 - R\$18.566).

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Ativo</u>		
Outorga da concessão	20.146	25.865
Amortização acumulada	<u>(4.320)</u>	<u>(15.705)</u>
Intangível (nota explicativa nº 9)	<u>15.826</u>	<u>10.160</u>
<u>Passivo</u>		
Circulante	4.962	4.810
Não circulante	<u>13.131</u>	<u>13.756</u>
Concessão a pagar	<u>18.093</u>	<u>18.566</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		<u>Consolidado</u>	
	<u>Encargos financeiros anuais (%)</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
BNDES (a)	TJLP + 2,63 e pré 5,63	816.477	778.363
Debêntures Infraestrutura (b)	IPCA + 7,5	61.083	59.168
Outras instituições financeiras (c)	Diversos	36.038	6.747
(-) Custo de transação (d)		<u>(11.633)</u>	<u>(12.641)</u>
		<u>901.965</u>	<u>831.637</u>
Circulante		110.643	68.549
Não circulante		791.322	763.088

(a) Linha de crédito aprovada junto ao BNDES, no montante de R\$1.653.927, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento da Companhia, conforme nota explicativa nº 1. O valor liberado até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.066.203. O valor amortizado em 2020 foi de R\$18.949, considerando acordo de suspensão de pagamento de principal e juros junto ao BNDES ("Stand Still") celebrado em março de 2020 com validade até 2021.

- (b) Emissão de Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento no valor de R\$300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento da Companhia. Em 14 de dezembro de 2018, foi aprovada, através da Assembleia Geral dos Debenturistas, a alteração do número de parcelas de amortização programada de 17 para 16 parcelas, com a primeira parcela vencendo em maio de 2019 e a última parcela mantendo o seu vencimento em novembro de 2026. Em 31 de maio de 2019, a Companhia realizou a recompra de 83,06% das Debentures em circulação, não realizando o cancelamento deste papéis sendo os mesmos guardados em tesouraria, o valor desta recompra foi de R\$249.118 de principal e R\$56.191 de juros. O valor amortizado de acordo com o fluxo natural do contrato em 2019 foi de R\$44.777 (2019 – R\$27.528).
- (c) Empréstimo contratado para cobertura de capital de giro, sendo parte com o Banco Itaú (CDI + 2,10% a.a.), parte com o Banco Bradesco (CDI + 3,26% e CDI + 4,09%) e ainda parte com Banco Daycoval (CDI + 0,40% a.m. e 1,10% a.m.).

Captações 2020:

	Novos Empréstimos	Juros Provisionados	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros
Itaú	10.000	323	7.273	320
Bradesco	30.000	1.160	-	404
	40.000	1.483	7.273	724

- (d) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Movimentação dos empréstimos

	<u>Controladora</u> <u>2020</u>
Descrição	
Saldo em 31/12/2019	6.746
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	40.000
Encargo de dívidas - Juros	1.991
Pagamento de principal	(11.453)
Pagamento de juros	(1.246)
Saldo em 31/12/2020	36.037

Principais cláusulas restritivas – Empréstimo BNDES e Debêntures de Infraestrutura

A Companhia obriga-se em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes destes contratos, a constituir e manter, durante toda a vigência conta reserva aberta junto ao banco depositário (Banco Itaú S.A) na qual deverão permanecer depositados recursos correspondentes ao saldo mínimo estabelecido no Contrato. A Companhia mantém esta conta reserva através de sua gerenciadora de recursos FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A e pagamentos denominada para este contrato conforme apresentado na nota explicativa nº 22.

Para fins exclusivos de distribuição de qualquer recurso aos acionistas, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não pode ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada exercício. Caso o ICSD seja inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) a Companhia não poderá distribuir qualquer recurso aos acionistas. Se o ICSD for inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ($ICSD < 1,2$) a Companhia deverá depositar na conta reserva o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor da próxima prestação de amortização programada e de juros remuneratórios.

As operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$100 (cem mil reais) anuais e deverão ser informadas imediatamente ao BNDES e aos debenturistas.

A Companhia não deve conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias e assumir novas dívidas de qualquer espécie sem a prévia autorização do BNDES e dos debenturistas, ressalvadas aquelas já previstas em contrato.

No exercício de 2019, a companhia contratou operação de crédito superior a 12 meses junto ao banco Daycoval, sem a prévia autorização do BNDES e Debenturistas, o que foi, naquela ocasião, um descumprimento contratual. Durante o ano de 2020, a companhia comunicou formalmente o agente fiduciário que representa seus debenturistas e disponibilizou as Demonstrações Financeiras Auditadas de 2019 ao BNDES, não tendo sofrido qualquer questionamento ou sanção por parte destes. O descumprimento em nenhum dos casos enseja vencimento antecipado de empréstimo junto ao BNDES ou de obrigações junto aos debenturistas.

Em garantia ao financiamento obtido com o BNDES há a cessão fiduciária de todos os direitos de todo e qualquer valor pendente de recebimento pela FETRANSPOR, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, ou ainda direitos creditórios depositados em conta vinculada referente a esta transação.

Em 31 de dezembro de 2020, o ICSD é de -1 (2019 – 0,7 Reapresentado), conforme nota explicativa nº 4.1, com exceção desta obrigação e da contratação o empréstimo mencionado acima, as demais obrigações contraídas pela Companhia relativas a estes contratos foram cumpridas em 31 de dezembro de 2020. Este descumprimento não enseja liquidação antecipada.

Prazos de vencimento

O montante de empréstimos e financiamentos em longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	Consolidado	
	2020	2019
2021	-	64.257
2022	69.462	61.528
2023	69.462	61.528
2024	69.462	61.528
2025	69.462	61.528
2026 em diante	513.285	452.719
Total	791.132	763.088

13. PARCELAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Light (a)	166.743	165.812
Circulante	54.249	34.183
Não circulante	<u>112.494</u>	<u>131.629</u>
	166.743	165.812

- (a) Em 30 de julho de 2019, a Companhia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., para pagamento de dívida acumulada do período compreendido entre junho de 2016 a junho de 2018, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Light a importância total de R\$165.498, sendo pago no exercício de 2018 a importância de R\$38.412. Em 24 de junho de 2019, foi incluído neste parcelamento a importância de R\$48.149, referente ao saldo em aberto das faturas do período compreendido entre julho de 2018 a março de 2019. O saldo remanescente R\$175.235 será pago em 60 (sessenta) parcelas corrigidas mensalmente por CDI x 180%, com a primeira parcela em junho de 2019 e a última parcela com o seu vencimento em maio de 2024. Até 31 de dezembro de 2020, foram pagas 7 parcelas totalizando o valor de principal de R\$31.312.

Movimentação dos parcelamentos:

	<u>Controladora</u>
Descrição	
Saldo em 31/12/2019	165.812
Apropriação de juros - Parcelamento energia	7.983
Apropriação de juros - Parcelamento faturas correntes energia	444
Pagamento de principal	(6.521)
Pagamento de juros	(975)
Saldo em 31/12/2020	166.743

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui registros de seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias suportado pelo modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal

	Consolidado	
	2020	2019 (reapresentado)
Prejuízo fiscal	921.439	745.112
Base negativa	936.865	759.770
Provisão para Contingências	79.317	68.059
Participação no resultado - Empregados	-	6.220
Participação no resultado - Dirigentes	(768)	-
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Teleféricos	26.374	-
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	3.944	-
Provisão para Horas Extras	5.030	-
Imposto de renda 25%	259.026	204.848
Contribuição social 9%	94.569	75.064
	<u>353.595</u>	<u>279.912</u>

Passivo imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2020	2019
Amortização do intangível	489.122	402.910
Ajuste a valor presente - Concessão a pagar	1.579	2.213
Imposto de renda 25%	122.675	101.281
Contribuição social 9%	44.163	36.461
	<u>166.838</u>	<u>137.742</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos montam em R\$186.756 (2019 – R\$140.948 Reapresentado).

b) Período estimado de realização do ativo

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios na data prevista de tais projeções.

O saldo do ativo diferido apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano	Consolidado	
	2020	2019 Reapresentado
2021	-	-
2022	4.861	-
2023	14.474	33.652
2024	23.151	34.994
2025	25.671	37.002
2026	16.836	34.348
2027	20.919	51.419
2028	23.409	22.567
2029	29.063	65.930
2030	32.721	-
2031	35.369	-
2032	41.273	-
2033	36.690	-
2034	49.157	-
	353.594	279.912

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A Companhia passou por um relevante ciclo de investimentos até o ano de 2016, inerente ao seu modelo de negócios onde após uma fase de intensa aplicação de capital há a conversão disto no aumento de receitas, o que foi afetado em 2017 pela crise no Brasil, sobretudo Estado do Rio de Janeiro, e em seguida a situação de Pandemia em 2020.

Considerando o direito da Companhia previsto contratualmente a uma tarifa reajustada pelo IGPM, que não foi repassada no exercício para os usuários (vide nota explicativa nº 1), além dos pleitos de reequilíbrio econômico, dos quais R\$216.946 já foram definidos como de direito a ressarcimento à Companhia pelo órgão regulador – AGETRANSP (vide nota explicativa nº 25), somados a expectativa de incremento de receita em momento pós pandemia deverá se traduzir em resultado positivo a ser tributado, possibilitando o uso do ativo fiscal diferido que vem sendo constituído pela Companhia.

c) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados na demonstração do resultado está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (reapresentado)	2020	2019 (reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(156.543)	(215.166)	(156.543)	(215.166)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal (nominal) combinada	53.225	73.156	53.225	73.156
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL:				
Adições e exclusões permanentes	(7.663)	(2.479)	(7.944)	(2.481)
IR e CSL constituídos de anos anteriores	1.222	-	1.222	-
Crédito tributário não reconhecido	-	-	(694)	(320)
Resultado de participações societárias	(975)	(322)	-	-
Efeito IR/CSL resultado - Lucro Real	45.809	70.355	45.809	70.355
Composição do IR e da CSL IR/CSL Lucro Real - Corrente				
IR/CSL Lucro Real - Diferido	45.809	70.355	45.809	70.355
Total do IR e CSL resultado - Lucro Real	45.809	70.355	45.809	70.355

	2019 (reapresentado)	Constituição	(Realização)	31/12/2020
Ativo				
Contrapartida no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	255.775	60.020	-	315.795
Provisão para contingências	24.148	12.318	(8.490)	27.976
Provisão para participação nos resultados	(11)	-	(2.115)	(2.126)
Participação no resultado - Dirigentes	-	-	(69)	(69)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Teleféricos	-	8.967	-	8.967
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	1.341	-	1.341
Provisão para Horas Extras	-	1.710	-	1.710
Total dos créditos tributários diferidos ativos	279.912	84.356	(10.674)	353.595
Passivo				
Contrapartida no resultado:				
Diferença na estimativa da amortização contábil x fiscal	136.990	20.409	49.721	166.302
Ajuste a valor presente de concessão a pagar	752	216	-	536
Total dos débitos fiscais diferidos passivos	137.742	20.625	49.721	166.838
Total dos tributos diferidos líquidos	142.170			186.756

15. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	2020	2019
Receita antecipada (a)	41.291	36.994
Tributos a pagar	9.477	8.821
Provisão de energia	5.902	-
Adiantamento de seguro para reembolso	10.000	10.000
Provisão para fornecedores diversos	1.807	1.104
Outras obrigações	15.176	11.200
Total	83.653	68.119
Circulante	51.880	33.207
Não circulante	31.773	34.912

- (a) Trata-se de contrato de cessão de posse direta, e do uso e gozo dos imóveis e espaços comerciais existentes na Estação Ferroviária Central do Brasil ("Estação") para exploração comercial, firmado com a empresa Rchor 16 Gestão Patrimonial e Participações Ltda, no valor de R\$41.000 pelo prazo de 15 (quinze) anos, com início em 21 de junho de 2018 e término em 20 de junho de 2033.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 28 de maio de 2019, ocorreu aumento de capital social da Companhia no valor de R\$826.787, sendo R\$550.000 em espécie e R\$276.787 em ativos a receber da Companhia (nota explicativa nº 22 (iii) e (iv)) representados por 214.750.041.153 novas ações. Assim, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.206.027 (R\$1.186.087 integralizado e R\$19.940 a integralizar), representado por 252.673.988.360 em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100,00% pertencem a Rio Trens Participações S.A. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

- a) A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2020	2019	2020	2019
Contingências trabalhistas e previdenciárias (i)	15.709	14.648	14.320	13.898
Reclamações cíveis (ii)	4.137	4.287	61.370	51.657
Contingências tributárias (iii)	-	-	3.626	2.504
	19.846	18.935	79.317	68.059

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- i) Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões.
- ii) Ações cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação.
- iii) Contingências tributárias - consistem, principalmente, em execuções fiscais de multas contratuais aplicadas pela AGETRANSP em processos regulatórios.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e não existe necessidade de provisões adicionais às demonstradas acima.

A companhia mantém uma enorme massa de reclamações cíveis, dada a sua característica de transporte diário de milhares de passageiros, com destaque para, reclamações ligadas a quedas em trens e plataformas, atropelamentos na via, atrasos, e restrições de circulação dos trens. A companhia vem atuando junto ao Ministério Público, e juizados, no sentido de dar a este órgão o conhecimento, das limitações de operação, e responsabilização cabíveis.

b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.898	51.657	2.504	68.059
Adições	4.057	48.409	1.122	53.589
Pagamentos	(2.969)	(22.001)	-	(24.970)
Reversão líquida	(666)	(16.695)	-	(17.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>14.320</u>	<u>61.370</u>	<u>3.626</u>	<u>79.317</u>

A Companhia estima provisões para processos de perdas prováveis, com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos. Desta forma, a administração entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2020.

Ainda que o contencioso de perda provável seja pulverizado, é possível destacar as seguintes causas por motivo:

Cível

- R\$27.732 por reclamações de provável perda sobre atropelamentos em passagem clandestina.
- R\$14.754 por reclamações de provável perda sobre queda do trem.
- R\$4.602 por reclamações de provável perda sobre atropelamentos em passagem de nível.
- R\$3.359 por reclamações de provável perda sobre lesões em portas de trem.
- Saldo restante de R\$10.923 pulverizado em demais causas.

Trabalhista

- R\$7.276 por reclamações trabalhistas de perda provável movidas por ex funcionários da companhia.
- R\$6.881 por reclamações trabalhistas de perda provável movidas por trabalhadores terceiros.
- R\$163 por reclamações trabalhistas de perda provável por demais motivos.

Somam-se a estas demais causas de menor valor pulverizadas.

Tributário

- Perda provável de R\$3.605 referente a multa administrativa aplicada pela AGETRANSP.

Os demais pleitos prováveis de perda de matéria tributária somam ao todo R\$21.

c) Perdas possíveis, não registradas no balanço patrimonial

A Companhia tem ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes estimados de R\$396.803, R\$55.369 e R\$65.058 respectivamente (R\$421.177, R\$48.642 e R\$61.390 em 2019), respectivamente. É relevante relatar, que o montante de processos cíveis, mostra-se numeroso, em face da atividade exercida pela companhia. Ressaltamos que não existem causas tributárias relevantes classificadas como provável perda.

Também se mostra pulverizado o contencioso de perda possível, no entanto destacam-se as ações:

Cível

- R\$107.457 por reclamações de possível perda sobre atropelamentos em passagem clandestina.
- R\$101.559 por reclamações de possível perda referentes a ações civis públicas.
- R\$42.641 por reclamações de possível perda referentes a ações especiais de reclamações de usuários (Procon).
- R\$42.551 por reclamações de possível perda sobre queda do trem.
- R\$41.237 por reclamações de possível perda sobre acessibilidade.
- R\$17.770 por reclamações de possível perda sobre queda da plataforma.
- Demais R\$43.588 pulverizados em mais 8 causas.

Trabalhista

- R\$36.104 por reclamações trabalhistas de perda possível movidas por ex funcionários da companhia.
- R\$18.973 por reclamações trabalhistas de perda possível movidas por trabalhadores terceiros.
- R\$292 por reclamações trabalhistas de perda possível por demais motivos.

Tributário

- R\$51.863 por reclamações tributárias referentes ao recolhimento de IPTU.
- R\$6.993 por reclamações tributárias de perda possível referentes a multas da AGETRANSP.
- R\$2.700 por reclamações tributárias de perda possível referente a alvarás de funcionamento.
- Demais R\$3.952 pulverizados em 13 motivos de reclamações tributárias de perda possível.

18. RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de construção (a)	61.674	100.148	61.674	100.148
Receita de operação - Bilheteria	424.462	683.111	424.462	683.111
Receita de Aluguéis de espaços publicitários e comerciais (Nota 7 (b))	16.882	20.037	16.882	20.037
Direito de passagem e outras receitas (b)	3.307	3.721	3.307	3.721
Receita Estado do RJ - Gratuidade (c)	5.464	13.800	5.464	13.800
	<u>511.789</u>	<u>820.817</u>	<u>511.789</u>	<u>820.817</u>
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(10.861)	(16.103)	(10.861)	(16.103)
	<u>500.928</u>	<u>804.714</u>	<u>500.928</u>	<u>804.714</u>

- (a) Receita de construção refere-se aos investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário.
- (b) Receita decorrente da cessão do direito de passagem às composições da MRS Logística pela malha ferroviária da Companhia, de alugueis de espaços publicitários e comerciais e da prestação de serviço de operação do sistema Teleférico.
- (c) Total de receita registrada de gratuidade concedida a estudantes e deficientes, cujo pagamento pelo Poder Concedente é garantido pelo contrato de concessão.

19. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 Reapresentado	2020	2019 Reapresentado
Salários e benefícios a empregados	151.944	176.769	151.944	176.769
Materiais	17.517	26.034	17.517	26.034
Energia elétrica	81.770	112.453	81.770	112.453
Segurança	30.478	35.623	30.478	35.623
Limpeza e higienização	16.482	16.673	16.482	16.673
Manutenção e conservação	14.553	16.718	14.553	16.718
Outros serviços prestados	6.276	9.368	6.276	9.368
Custos administrativos	16.515	17.405	16.515	17.408
Custos com amortização	58.022	54.975	58.022	54.975
Custos dos serviços prestados	<u>393.557</u>	<u>466.018</u>	<u>393.557</u>	<u>466.021</u>

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contingências (Nota 16 (b))	45.745	88.644	45.745	88.649
Salários e benefícios a empregados	29.437	40.209	29.437	40.209
Honorários da administração	-	9.566	-	9.566
Auditoria & Consultoria	10.036	6.543	10.036	6.545
Assessoria jurídica	13.486	17.608	13.486	17.608
Frete	2.112	3.342	2.112	3.342
Depreciação	2.039	3.944	2.122	4.745
Despesas com infraestrutura de T.I	2.963	2.025	2.963	2.025
Multas	3.669	3.700	3.669	3.700
Limpeza e higienização	1.418	1.961	1.418	1.961
Outras despesas	33.670	5.558	33.716	4.882
Despesas gerais e administrativas	144.575	183.100	144.704	183.232

21. RECEITA E DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 Reapresentado	2020	2019 Reapresentado
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros empréstimos	(81.592)	(86.044)	(81.592)	(86.044)
Varição monetária concessão a pagar	(634)	(2.517)	(634)	(2.517)
Impostos sobre operações financeiras	(227)	(75)	(227)	(75)
Remuneração por garantia (Nota 21 (iii))	(2.265)	(805)	(2.265)	(805)
Juros com empréstimos com partes relacionadas (Nota 21 (iv))	-	(9.973)	-	(9.973)
Outras despesas financeiras	836	(16.614)	780	(16.632)
	(83.882)	(116.028)	(83.938)	(116.046)
<u>Receita financeira</u>				
Varições monetárias	22.019	5.357	22.048	5.360
Receita aplicação financeira	693	5.709	694	5.713
Outras receitas financeiras	36	67	37	67
	22.748	11.133	22.779	11.140
Resultado financeiro líquido	(61.134)	(104.895)	(61.159)	(104.906)

22. PARTES RELACIONADAS

Transações e Saldos

	Controladores		SC Empreendimentos e Participações S.A.		FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A.	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Outras contas a receber (i)	-	-	30.986	30.986	-	-
Conta corrente (gestão de caixa) (ii)	-	-	-	-	13.313	90.600
Transações intercompany (iii)	-	-	-	-	35.564	-
Remuneração por garantia (iv)	3.207	3.207	-	-	-	-
Despesas financeiras (Nota 20)	-	10.778	-	-	-	-

- (i) Este montante se refere a créditos que a Supervia tem com a SC Empreendimentos, cuja resolução está prevista em uma potencial incorporação da SC Empreendimentos pela Supervia, ainda a ser aprovada pelos sócios de ambas as empresas.
- (ii) Em 2013, a Companhia firmou contrato com sua coligada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e pagamentos a fornecedores dos valores referentes ao seu programa de investimento (nota explicativa nº 12 (c)) e gestão de seu caixa. Os créditos a serem recebidos junto a F.L.O.S.P.E. em 31 de dezembro de 2020 montam em R\$13.313.

- (iii) Este valor refere-se a recursos da Supervia, que são geridos pela F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., com destaque para variação de R\$60.000 referente a baixa de Conta Reserva vinculada ao BNDES, com anuência do mesmo, e mediante a apresentação de garantia bancária, mantendo o cumprimento dos requisitos previstos em contrato.
- (iv) Há uma remuneração por garantia a Mitsui, referente a garantia prestada em ocasião onde a GUMI (Controlada da Mitsui) não era controladora da Supervia.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas administrativas com a sua controladora indireta Gumi Brasil Participações S.A. Pelo contrato de rateio, a Companhia deve ser reembolsada no valor mensal de R\$11, que refere-se ao uso da infraestrutura administrativa e tecnologia da informação.

A remuneração paga aos Administradores em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$5.704 (R\$14.667 em 31 de dezembro de 2019). Os benefícios usuais de curto prazo incluem salários, férias, bônus, encargos sociais e benefícios indiretos que incluem previdência privada, assistência médica, seguro de vida, rescisão entre outros.

23. COBERTURA DE SEGUROS

Conforme definido no contrato de concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, referentes a danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas.

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros.

Ramos	Importâncias seguras	Prazo de vencimento
Responsabilidade civil	75.000	19/09/2021
Risco Operação	250.000	04/09/2021
Responsabilidade civil/diret./acionistas	50.000	04/07/2021

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de dezembro de 2020 foi homologado sob o documento Deliberação AGETRANSP/CD nº 1.161 o reajuste anual de tarifa da Supervia, considerando o IGP-M acumulado entre dezembro de 2019 e Novembro de 2020 (24,52%), conforme rege o contrato de concessão, com início de vigência da cobrança da tarifa de R\$5,90 previsto para 2 de fevereiro de 2021.

Em 20 de fevereiro de 2021, mediante a assinatura de um termo aditivo nº 11, foi negociado entre o Poder Concedente e a Supervia que o incremento se limitaria temporariamente, a aplicação de tarifa no valor de R\$5,00, cuja cobrança foi iniciada em 23 de fevereiro de 2021 e sendo definido que as partes (Supervia e Poder Concedente) pactuarão a forma de reequilíbrio desta diferença entre a tarifa negociada e a efetivamente homologada. O Termo Aditivo nº 11 define ainda que reajustes vindouros serão efetuados com base na tarifa homologada de R\$5,90, salvo formalização de aditivo com determinação distinta. Na ocasião de não haver consenso sobre reequilíbrio entre a companhia e o poder concedente, é prevista, a cobrança da tarifa homologada no valor de R\$5,90, sem prejuízo do desequilíbrio ocorrido no período em que vigorou a tarifa de R\$5,00.

Em 18 de janeiro de 2021 a Companhia contraiu com sua controladora indireta, GUMI Brasil Participações S.A. um Mútuo Financeiro no montante de R\$40.000 com cinco etapas de liberações ocorridas em 18 de janeiro, 29 de janeiro, 22 de fevereiro, 26 de fevereiro e 31 de março. A amortização ocorrerá em um ano a contar da primeira data de liberação em valor integral acrescido de juros de 4,1% ao ano.

Foi assinado entre a Supervia e Governo do Estado do Rio de Janeiro um acordo que define o pagamento de R\$50.000 referentes a gratuidades legais de estudantes e deficientes compreendidas entre setembro de 2012 e dezembro de 2018 (os valores anteriores a setembro de 2012 foram considerados legalmente prescritos), as quais tem valor de face de R\$54.000 registrados como contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2020. O acordo foi homologado definitivamente pelo judiciário em 24 de março de 2021, dando sequência aos trâmites operacionais de pagamento por parte do Governo do Estado.

Em 10 de março de 2021 a Supervia iniciou um grupo misto de estudo com profissionais da Supervia, Secretaria do Estado de Transportes ("SETRANS"), Central Logística, Secretaria de Estado de Casa Civil e Governança ("SECC") e Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro para um potencial Termo Aditivo nº 12 que intenciona tratar questões como Investimentos e Compensação de perdas passadas, entre outros temas. O processo administrativo tramita sob o nº 100001/000456/2021 no SEI.

Na data de 7 de abril de 2021 a Supervia celebrou com sua controladora direta a Rio Trens Participações, um contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social no montante total de R\$7.000 a serem creditados para a Supervia nesta mesma data e com vencimento em 31 de dezembro de 2021.

Em 13 de abril de 2021, a Supervia, em operação similar a citada no parágrafo anterior, celebrou com sua controladora direta a Rio Trens Participações S.A. um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social no valor de R\$8.000 a ser disponibilizado a Supervia em 19 de abril de 2021 e com vencimento em 31 de dezembro de 2021.

Em Sessão Regulatória Extraordinária realizada pela AGETRANSP em 13 de abril de 2021 para deliberar sobre o pleito da Supervia de reequilíbrio pelas perdas de receita tarifária por conta da pandemia do coronavírus, o Conselho Relator decidiu por maioria que a Concessionária tem o direito ao ressarcimento de ao menos o valor da perda que alcance o ponto de equilíbrio operacional de cerca de 450mil passageiros por dia, o que corresponde até 28 de fevereiro de 2021 a um valor atualizado pelo IPCA de R\$216.946 em cálculos realizadas pela Câmara Técnica da AGETRANSP. Foi deliberado ainda que as demais perdas incorridas pela Concessionária devem ser objeto de negociação junto ao Poder Concedente.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A aprovação das demonstrações financeiras foi autorizada e aprovada pela Administração da Companhia em 23 de abril de 2021 e reflete os eventos subsequentes aplicáveis.
